

Sumário

Número de notícias: 29 | Número de veículos: 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma administrativa de Lula prevê sistema externo para avaliar servidor 3

VALOR ONLINE - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Cade e OCDE estimam redução milionária em preços de passagens aéreas 6

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Presidente eleito herdará cenário mais adverso na economia 7

JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - POLÍTICA NACIONAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Gilmar suspende ação contra Lula 8

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
SEGURIDADE SOCIAL

STF avalia se a reforma da Previdência é constitucional 9

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

Famílias estão cada vez mais endividadas 11

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Auxílio Brasil tem fraudes e erros; como governo pode reduzir casos? 12

VALOR ONLINE - NOTICIA
SEGURIDADE SOCIAL

Empréstimo consignado do Auxílio Brasil terá teto de juros de 3,5% ao mês 14

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Quase toda verba de campanha para uma única firma 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS
SERVIDOR PÚBLICO

Candidaturas de militares crescem 93% em 20 anos 16

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Aperfeiçoando os privilégios 20

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

PMs impulsionam candidaturas de servidores 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

"Vamos revogar o teto e criar novo arcabouço fiscal" 24

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Na reta final, Alckmin tenta passar segurança fiscal 26

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Planos de candidatos ignoram pleitos do mercado de capitais 27

O GLOBO - ON LINE - RJ - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Disputa pelo PIB: após Lula ganhar terreno entre empresários, Bolsonaro lança Paulo Guedes na campanha..... 28

VALOR ONLINE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Empresários querem plano mais claro de Lula..... 30

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Os custos das leis trabalhistas criadas em véspera de eleição (Artigo)..... 31

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Recorde, cheque especial vai a R\$ 38,5 bilhões em agosto..... 34

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

BC inglês age para estabilizar mercados e derruba o dólar..... 36

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Política fiscal ameaça novo governo do Reino Unido..... 38

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Conservadores colocam pressão para demissão de chefe do Tesouro..... 41

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Por que a libra está tomando uma surra? (Artigo)..... 42

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Inflação na indústria tem queda recorde..... 45

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

'Corrupção sistêmica desabou no Brasil', defende Paulo Guedes..... 46

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tebet defende que voto útil é 'voto consciente'..... 47

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Juro do cartão é o mais alto desde 2017..... 48

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Brasil pode crescer mais do que a China em 2022, diz Guedes..... 51

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

"Teto era para governo não crescer", diz Guedes, em crítica à regra fiscal..... 52

Reforma administrativa de Lula prevê sistema externo para avaliar servidor



O ex-presidente Lula (PT) durante ato com artistas no Anhembi, em São Paulo Marlene Bergamo - 26.set.22/Folhapress

Julia Chaib e Idiana Tomazelli Brasília

A campanha de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à Presidência da República avalia propor um sistema de avaliação dos **servidores públicos** federais ao alcance dos cidadãos como um dos pilares de sua reforma administrativa caso vença as eleições.

Outros pontos que norteiam a proposta são o aprofundamento da transição digital, a modernização do formato dos concursos públicos e o combate ao assédio moral e sexual na administração federal.

Um programa de qualificação dos funcionários deve ser um dos temas tratados nas mesas de negociação com as categorias, que devem ser retomadas.

A alteração das estruturas de carreira também é defendida por integrantes da campanha. A ideia é aumentar o número de degraus entre o salário inicial e o do término das carreiras.

Atualmente, existem servidores que levam poucos anos para atingir a remuneração máxima. Mexer na estabilidade dos servidores, porém, é algo descartado pela equipe de Lula.

Em conversas com interlocutores, aliados do petista sinalizaram que a mudança nas carreiras deve valer apenas para novos servidores, ou seja, aqueles que ingressarem na carreira após sua aprovação. Dessa

forma, os atuais funcionários não seriam atingidos por essa alteração.

Para implementar essas propostas, a campanha do petista trabalha com um cenário de recriação do Ministério do Planejamento, extinto no governo Jair Bolsonaro (PL) e cujas funções foram integradas ao atual Ministério da Economia.

A reforma administrativa foi defendida por Lula em evento com empresários promovido pela Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) no início de agosto. Os detalhes, porém, não foram divulgados oficialmente pela campanha.

"Vamos ter que fazer uma reforma administrativa, sim. Tem pouca gente ganhando muito e muita gente ganhando pouco. É preciso moldar a burocracia a uma nova cultura", disse o petista na ocasião.

A revisão das regras do serviço público é considerada, fora do governo, uma medida essencial para torná-lo mais eficiente e ao mesmo tempo gerar economia de recursos no futuro.

Desde o governo Michel **Temer** (MDB) há o diagnóstico de que, em muitas carreiras, poucos degraus separam um servidor iniciante do topo salarial da categoria. Isso acaba, na visão de alguns técnicos, reduzindo incentivos para o constante aprimoramento.

De lá para cá, no entanto, uma reforma dessa estrutura, de maneira a ampliar o número de etapas para ascensão na carreira, nunca saiu do papel.

Bolsonaro enviou ao Congresso Nacional uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que baseava alterar a estrutura administrativa. O texto, polêmico, flexibilizava a estabilidade de boa parte dos servidores, preservando apenas as categorias consideradas de Estado, como auditores da **Receita Federal** e policiais federais.

A proposta enfrentou diversas críticas, não só por mexer na estabilidade, mas também por excluir membros do Judiciário e do Legislativo das medidas mais duras, como corte de penduricalhos que turbinam os salários e ajudam a driblar o teto remuneratório (hoje em R\$ 39,3 mil mensais).

Nos governos petistas, os servidores federais tiveram ampla valorização salarial. Houve também grande número de concursos públicos. Só nos dois mandatos de Lula, o número de vínculos de servidores civis saiu de 371,8 mil em 2003 para um pico de 794,2 mil em 2010, segundo dados compilados pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

O histórico alimenta a incerteza no mercado financeiro sobre qual será a reforma administrativa proposta pelo petista, caso ele seja eleito. Integrantes da campanha, por sua vez, ressaltam que, mesmo com a valorização, o gasto com pessoal se manteve entre 4,3% e 4,5% do **PIB** (Produto Interno Bruto).

"Esse tema a gente trata dentro da discussão de reforma do Estado. Não estamos discutindo só uma nova estrutura de carreiras ou qualquer coisa desse tipo. O foco é sempre melhorar a qualidade e a entrega do serviço público para a população", afirma o economista Guilherme Mello, coordenador do Napp (Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas) Economia da Fundação Perseu Abramo e que colabora com o programa do PT.

"Isso passa por valorizar os profissionais, por uma qualificação e capacitação permanente, também por modernizar o formato dos concursos públicos, constituir um sistema de gestão de desempenho bem estruturado, capacitar lideranças", diz.

Mello não descarta modificações do ponto de vista de carreira e salários, embora evite dar detalhes sobre quais mudanças seriam feitas.

"Não estou falando que não tem nada a se fazer do ponto de vista de carreira, de salários, é óbvio que tem. Mas isso tem que ser discutido dentro desse espaço de diálogo e negociação, para construir saídas pactuadas entre as partes e que visem à melhoria da qualidade do serviço, não só de gasto", diz.

Por parte dos atuais servidores, há também uma expectativa de reabertura do diálogo para a concessão de reajustes. A maior parte das carreiras, com 1 milhão de funcionários, está com salários congelados desde o início de 2017.

A interlocutores, integrantes da campanha de Lula têm manifestado a preferência por fazer a reforma via projetos de lei, sem necessidade de uma PEC.

A avaliação de gestão e desempenho, por exemplo, já está prevista na Constituição e pode ser regulamentada via projeto de lei complementar. A reestruturação das carreiras também pode ser feita via projeto de lei.

As mesas de negociação, por sua vez, podem tratar não só da questão remuneratória, mas também de um programa para a capacitação dos servidores, inclusive por meio da oferta de cursos e qualificações pelas escolas de governo.

A discussão de ferramentas para o combate ao assédio moral, institucional e sexual também é uma preocupação dos integrantes da campanha. O episódio envolvendo o ex-presidente da Caixa, Pedro Guimarães, demitido após funcionárias o acusarem de assédio sexual, é considerado emblemático e um retrato do tipo de conduta que deve ser coibida.

A equipe de Lula também pretende aprofundar a transição digital da administração pública, que ganhou impulso diante da necessidade de atender a população de forma remota durante a pandemia de Covid-19. Nos planos da equipe, esse pilar envolve o fortalecimento da governança de dados (para evitar vazamentos de informações sensíveis da população), a inovação e o atendimento humanizado aos cidadãos.

O PT também quer usar a reforma administrativa para ligar as recomendações de boas práticas na administração pública ao cumprimento de metas de desenvolvimento inclusivo e sustentável. A chapa de Lula aposta nessa agenda para ajudar na retomada da credibilidade do país não só na área econômica, mas perante a comunidade internacional.

O que outros candidatos propõem

Jair Bolsonaro (PL)

Aperfeiçoamento de planos de cargos e salários para incentivar o servidor, assim como o reconhecimento de seus talentos, suas potencialidades e a realização de suas promoções por mérito, fruto de avaliações que incentivem o cumprimento de metas. No primeiro mandato, propôs flexibilização da estabilidade e novas formas de ingresso no serviço público

Ciro Gomes (PDT)

Obrigatoriedade de processos seletivos baseados em competências na ocupação de cargos e funções de liderança. Também promete articular uma "Lei de Qualidade do Gasto" que exigiria planejamento orçamentário focado na qualidade do gasto público

Simone Tebet (MDB)

Promoção de uma reforma administrativa que torne o Estado mais eficiente, ágil, produtivo e amigável para o cidadão, com objetivo de ampliar e melhorar a oferta de serviços públicos

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

49

Cade e OCDE estimam redução milionária em preços de passagens aéreas

Por Beatriz Olivon

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/legislacao/valor-juridico/coluna/cade-e-ocde-estimam-reducao-milionaria-em-precos-de-passagens-aereas.ghtml>

Site: <https://valor.globo.com/legislacao/valor-juridico/coluna/cade-e-ocde-estimam-reducao-milionaria-em-precos-de-passagens-aereas.ghtml>

Presidente eleito herdará cenário mais adverso na economia

Por Alex Ribeiro - De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187342

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Presidente eleito herdará cenário mais adverso na economia

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187342

Gilmar suspende ação contra Lula

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu uma ação fiscal movida pela Procuradoria da Fazenda Nacional que buscava cobrar o pagamento de um suposto crédito tributário milionário pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), líder nas pesquisas de intenção de voto para a eleição presidencial de domingo.

Na decisão, Mendes acatou um recurso da defesa do petista e suspendeu o andamento da ação com o argumento de que a ação fiscal em curso na Justiça Federal de São Paulo havia aproveitado provas produzidas perante a 13ª Vara Federal de Curitiba que posteriormente foram consideradas ilícitas pelo STF.

A ação tentava cobrar um crédito de cerca de 15 milhões de reais. Contudo, a Segunda Turma do Supremo reconheceu posteriormente a suspeição do então juiz Sérgio Moro -que compartilhou essas provas com a **Receita Federal** que geraram a ação fiscal. Com o reconhecimento da parcialidade de Moro, todas as provas foram consideradas nulas.

"Os autos trazem indícios claros de que agentes públicos estão se valendo de expediente flagrantemente ilegal, com claro prejuízo ao patrimônio jurídico do reclamante, e evidente repercussão no processo eleitoral", afirmou o ministro do STF.

Principal juiz da Lava Jato, Moro condenou Lula à prisão em processos da operação. Foi a partir de uma das sentenças de Moro, confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), que levou Lula a ser preso por 580 dias e o impediu de concorrer ao Palácio do Planalto em 2018. Depois o STF mudou o entendimento e barrou a execução da pena de prisão após condenação em segunda instância, o que favoreceu o ex-presidente. Posteriormente, o Supremo também anulou as condenações impostas ao petista.

Moro deixou a magistratura para ser ministro da Justiça do governo do presidente Jair Bolsonaro.

Saiu da pasta em abril de 2020 em meio a acusações de que Bolsonaro teria interferido na Polícia Federal, que era subordinada à pasta. O ex-juiz chegou a anunciar uma pré-candidatura à Presidência pelo Podemos, mas não conseguiu viabilizá-la e atualmente concorre a uma cadeira ao Senado pelo Paraná, filiado ao União Brasil.

STF avalia se a reforma da Previdência é constitucional



O ministro Barroso, relator do processo, votou a favor da constitucionalidade da reforma

São Paulo - O plenário virtual do Supremo Tribunal Federal (STF) começou a discutir se a reforma da Previdência é constitucional.

As mudanças nas regras do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) passaram a valer há quase três anos, em 13 de novembro de 2019.

Com um voto pela constitucionalidade e um voto divergente, o julgamento está empatado e foi paralisado após pedido de vista. Ao todo, foram condensadas 12 ações diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) em um único julgamento, que começou no dia 16 e deveria terminar na última sexta-feira (23), mas foi interrompido.

Até agora, há o voto do ministro relator, Luís Roberto Barroso, a favor de manter as regras contestadas, e uma divergência aberta pelo ministro Edson Fachin sobre parte do relatório de Barroso.

Para o ministro relator, a reforma é constitucional. Fachin aponta inconstitucionalidade em dois pontos: cobrança extraordinária a servidores e regra de cálculo diferente para mulheres no Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS) e Regime Próprio de **Previdência Social** (RPPS).

O pedido para suspender o julgamento e analisar melhor os casos foi feito pelo ministro Ricardo Lewandowski. Os processos só voltarão a andar quando ele apresentar seu voto. A partir de então, os demais ministros poderão dar seus pareceres.

Ações debatidas no plenário virtual podem ser discutidas no plenário físico, caso algum ministro peça destaque.

Destaque foi a manobra usada pelo ministro Kássio Nunes Marques no julgamento da revisão da vida toda para aposentados do **INSS**.

O voto de Barroso, com 153 páginas, traz considerações sobre o que foi apontado por associações e partidos políticos a respeito da reforma.

Para ele, no entanto, as normas aprovadas são constitucionais e estão de acordo com a legislação previdenciária de vários países do mundo.

"A população brasileira está vivendo mais. De acordo com projeções da Organização das Nações Unidas, em 2100, o Brasil será o 10º maior país do mundo em proporção de idosos", diz em um trecho no qual também aponta preocupação com as contas da Previdência.

"O déficit previdenciário é incontestável e teve piora significativa nos últimos anos.

Reformas na **Previdência Social** que reduzam o endividamento público podem ter impactos macroeconômicos positivos, como o estímulo ao consumo e à produção", afirma.

Servidores inativos - Para o ministro, no entanto, há apenas um ponto a ser observado, que é a criação da contribuição extraordinária a servidores que já estão aposentados.

Embora Barroso não tenha considerado a questão inconstitucional, afirma que é necessário haver comprovação de déficit para instituir cobrança extra a servidores inativos.

"A mera previsão constitucional acerca da possibilidade, em tese, de se criar a contribuição extraordinária não constitui ofensa a cláusula pétrea", diz. Segundo ele, se a contribuição extra for aprovada, é preciso analisar, conforme o caso, se há violação à Constituição.

Segundo a reforma, quando houver déficit previdenciário, há autorização para cobrança extra no benefício de quem já está aposentado ou recebe pensão, a fim de sanar o rombo. No estado de São Paulo, desde 2020, servidores aposentados e

pensionistas que ganham entre um salário mínimo e o teto da Previdência têm desconto no benefício. A cobrança já existia antes para valores acima do teto.

Edson Fachin aponta inconstitucionalidade na reforma da Previdência O ministro divergiu do relator para apontar o que considerou inconstitucionalidade na reforma. Segundo ele, a cobrança extraordinária sobre benefícios dos aposentados fere o "caráter social e distributivo" da Constituição.

Fachin também considera inconstitucional a regra de cálculo que beneficia mulheres que se aposentam pelo **INSS** e não se estende às servidoras do regime próprio. De acordo com a reforma, mulheres passam a ter acréscimo de 2% a cada ano extra de contribuição após 15 anos de pagamentos ao **INSS**. Para as servidoras, o adicional só começa a ser considerado após 20 anos de contribuição ao regime próprio.

A advogada Adriane Bramante, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), considera que o julgamento das ações de forma conjunta é prejudicial ao segurado e não traz a segurança jurídica que se buscava quando associações, sindicatos e partidos foram ao Supremo. Para ela, cada ponto deveria ser debatido separadamente.

"É muito ruim uma ação direta de inconstitucionalidade geral. Acho que nunca tivemos na história uma Adin que considerasse uma lei inteira inconstitucional. A reforma é muito séria, complexa, envolve uma série de questões técnicas", argumenta.

Outro ponto criticado por ela é o tipo de julgamento que, em sua opinião, deveria ser presencial e não no plenário virtual. "Não é o tipo de discussão para o plenário virtual; é importante o presencial, porque os que ministros podem discutir entre si o tema, além de haver sustentação oral", afirma.

O advogado Roberto de Carvalho Santos, presidente do Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev), vê como uma perda para a população o voto do relator em favor da constitucionalidade da reforma.

"Infelizmente, para nós que defendemos vários pontos de inconstitucionalidade na reforma, como cálculo da pensão por morte e da aposentadoria por invalidez, esse posicionamento do ministro Barroso vai em desacordo com várias decisões já tomadas em outras instâncias que entendiam a inconstitucionalidade", afirma. (Cristiane Gercina/Folhapress)

Famílias estão cada vez mais endividadas

Gabriel Shonohara e Caroline Nunes economla@ogkbo.combr BRASÍLIA E RIO * Dados divulgados ontem pelo Banco Central (BC) confirmam a piora nas contas das famílias brasileiras: 53,1% delas estavam endividadas em julho, recorde para toda a série histórica da instituição - que começou em 2005. Os números indicam também que o comprometimento de renda das famílias com instituições financeiras também está no maior patamar já registrado: 28,6% da renda. No mesmo mês de 2021, estava em 25%.

Nos últimos meses, esses recordes têm sido batidos repetidamente, refletindo as condições da economia e a alta nos juros. Na estatística de endividamento que desconsidera o financiamento imobiliário, o patamar também é o mais alto desde 2005:33,64%. Em julho do ano passado, o nível estava em 29,6%.

- Isso vai afetar o crescimento no ano que vem. Pessoas endividadas não consomem e, não consumindo, as empresas não produzem. Assim, as empresas não contratam - afirmou Miguel José Ribeiro de Oliveira, diretor de estudos e pesquisas da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac).

Ainda de acordo com o economista da Anefac, esse quadro de endividamento alto dos brasileiros deve persistir por conta da **inflação** ainda alta, que pressiona os gastos das famílias, dos juros elevados e da situação do mercado de trabalho.

-Para ter redução de endividamento, deveria ter uma recomposição das rendas das famílias, mas como isso pode acontecer se estamos com subemprego elevado, se o ano que vem vai ser de menor crescimento? O que significa que não vai ter contratações e os juros elevados vão impactar diretamente na renda e no endividamento - apontou.

Victor Cândido, economista-chefe da RPS Capital, vê o aperto no crédito como "natural" porque os juros subiram bastante e as pessoas fizeram muitas dívidas quando as taxas estavam mais baratas em 2020 e 2021.

-Teve uma compra grande de bens ao longo da pandemia, material de construção, geladeira, automóvel... Tudo isso tem a ver com crédito com juros baratos em 2020 e 2021. É natural que o endividamento esteja nesse nível. Além disso, os juros sobem e aumentam o comprometimento de renda das famílias - explicou.

solução que vira problema

Depois de cair bastante durante a pandemia, as taxas de inadimplência vêm subindo nos últimos meses e superando os níveis registrados antes do início da disseminação da Co-vid-19. A taxa média total com recursos livres foi de 3,9% em agosto, elevação de 0,8 ponto percentual (p.p) em um ano, e nível parecido com os registrados em fevereiro e março de 2020, que antecederam o início da pandemia. É o maior nível desde agosto de 2017.

Rosângela da Silva, de 61 anos, precisou fazer um empréstimo consignado após uma árvore cair em cima de sua casa, em Queimados, na Baixada Fluminense, em junho deste ano. Ela, que é beneficiária do BPC/Loas, pago pelo **INSS** a idosos carentes, resolveu pegar o crédito para alugar outra casa, já que sua residência precisava de reforma.

O que parecia a solução se tomou uma bola de neve. Com o desconto da parcela do financiamento direto do benefício, o que restava não é suficiente para suas despesas. Hoje, está com contas básicas, como luz e água, em atraso, e já precisou de doações de alimentos.

- Fiquei em uma sinuca de bico, sem ter o que fazer. Eu já não tinha nada antes. Na semana em que a árvore caiu na minha casa, tinha perdido meu guarda-roupa por causa da chuva. Minha dívida virou uma bola de neve - desabafa Rosângela, x

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra/20220929>

Auxílio Brasil tem fraudes e erros; como governo pode reduzir casos?

Do UOL, em São Paulo

Desde o surgimento do Auxílio Emergencial na pandemia de covid-19, fraudes ou erros em benefícios sociais são um tema recorrente no noticiário. A Polícia Federal fez operações no mês passado contra golpes de organizações criminosas. Também houve pagamentos sem necessidade, como o do empresário Cassio Joel Cenali, que foi uma das pessoas que receberam o Auxílio Emergencial sem precisar (ele ganhou R\$ 5.200). Cenali é o mesmo empresário que viralizou ao dizer que não daria marmitas a uma faxineira por ela ser eleitora do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O que fazer para reduzir fraudes ou erros? Para reduzir fraudes ou erros em programas sociais, como no Auxílio Brasil, benefício de R\$ 600 pago a famílias pobres, especialistas ouvidas pelo UOL afirmam que é preciso melhorar o cadastramento dos beneficiários, que hoje é o grande problema do programa.

Problemas no Cadastro Único: Tereza Campello, economista e ex-ministra de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, afirma que o governo de Jair Bolsonaro destruiu o CadÚnico (Cadastro Único), está operando o cadastramento à revelia dos municípios e orientando mal a população.

Houve um aumento no público do Bolsa Família -pulou de 2 milhões para 5 milhões de pessoas que moram sozinhas, de acordo com o CadÚnico. Você acha que existe população pobre morando sozinha? Isso é coisa malfeita deste governo. E terá que ser revisto e reconstruído, afirma.

Para se cadastrar no Bolsa Família, as famílias precisavam ir pessoalmente até um Cras (Centro de Referência de Assistência Social), e o cadastramento era feito por um assistente social. No Auxílio Brasil, a família faz um pré-cadastro pelo aplicativo da Caixa. Apenas as pessoas que não têm acesso à internet ou que tiveram alguma dificuldade cadastral que precisam ir presencialmente a um Cras para se cadastrar.

Expansão sem controle de pessoas atendidas: Segundo ela, o programa foi expandido o programa sem nenhum controle, sem técnica ou base científica. Ela diz que é preciso fazer isso em parceria com as cidades.

Campello afirma que, durante a existência do Bolsa Família, o cadastramento não era feito pelas famílias e que hoje esse é um dos problemas do Auxílio Brasil.

Falta cruzamento de dados: Denise de Sordi, pesquisadora dos programas de pós-doutorado da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz e do departamento de sociologia da FFLCH-USP (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo), afirma que o governo não está conseguindo controlar os cadastros das famílias.

Com o Bolsa Família, o Estado conseguia acompanhar, porque na hora do cadastramento fazia um cruzamento dos dados, olhando a carteira de trabalho, o **INSS**, o identificador do NIS. Tinha um sistema de vigilância social que contribuía para que tudo fosse observado. Hoje a maior fragilidade do Auxílio é o desenho dele. Acontece sem a rede de apoio dos municípios, afirma Sordi.

Cras sucateados pioram situação: Luciana Rosa, coordenadora do programa de pós-graduação em economia e desenvolvimento da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), afirma que um programa do tamanho do Auxílio Brasil precisa de uma máquina pública eficiente para evitar ao máximo as falhas.

Rosa diz que os Cras, por exemplo, estão sucateados, o que provoca muitas filas e deixa mais difícil para as famílias conseguirem fazer as atualizações cadastrais. Os Cras são os responsáveis pelo cadastramento das famílias no CadÚnico, além de fazerem atualizações cadastrais.

Fraudes podem ser reduzidas, mas não eliminadas: Rosa diz que fraudes fazem parte desse tipo de política pública e que sempre é preciso considerar um percentual de erro. Isso porque é muito difícil excluir completamente a chance de erro.

Os Cras são focados em fazer o cadastramento das pessoas, mas estão tendo que fazer novas bases de dados, um recadastramento. Lá na ponta, quem trabalha com isso, está pressionado. É muito trabalho para dar conta, afirma Rosa.

Fiscalização para evitar fraudes: Carla Beni, economista e professora dos MBAs da FGV

(Fundação Getúlio Vargas), afirma que as verificações feitas pelo Ministério da Cidadania servem para aprimorar o programa, tanto para avaliar se as famílias ainda estão cumprindo os pré-requisitos como para identificar possíveis fraudes.

No começo deste mês, o Ministério da Cidadania realizou um pente-fino. De acordo com o site do ministério, o processo é realizado por meio da verificação periódica das informações das famílias elegíveis e beneficiárias do Auxílio Brasil registradas no Cadastro Único.

Governo não comenta críticas: O UOL procurou o Ministério da Cidadania para explicar como controla o acesso ao Auxílio Brasil e comentar as críticas das especialistas, mas não houve resposta até a publicação deste texto.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/09/29/como-evitar-fraudes-no-auxilio-brasil.htm>

Empréstimo consignado do Auxílio Brasil terá teto de juros de 3,5% ao mês

*Por Guilherme Pimenta, Álvaro Campos e Edna Simão,
Valor - Brasília e São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2022/09/27/ministerio-da-cidadania-divulga-portaria-com-regras-para-emprestimos-do-programa-auxilio-brasil.ghtml>

Site:

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2022/09/27/ministerio-da-cidadania-divulga-portaria-com-regras-para-emprestimos-do-programa-auxilio-brasil.ghtml>

Quase toda verba de campanha para uma única firma

NATÁLIA PORTINARI
natalia.portinari@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Candidaturas de militares crescem 93% em 20 anos



Militares fazem guarda em frente ao Congresso Nacional durante a votação da Proposta de Emenda Constitucional das Diretas J3, pelo voto direto para presidente, em 1985. OSCAR BROWN/REUTERS

O total de candidatos militares e de forças de segurança nas eleições para deputados estaduais e federais cresceu 92,89% nos últimos 20 anos, de acordo com estudo realizado pelo instituto República.org, com base nos dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

O crescimento foi mais de três vezes superior ao verificado entre os servidores civis, de 29,42% no comparativo entre 2002 e 2022.

"Os servidores civis ainda são a maioria [em números absolutos]. Mas os militares estão vindo em um ritmo de crescimento mais acelerado", diz Vanessa Campagnac, gerente de dados e comunicação do República.org, instituto que atua na pauta da melhoria da gestão de pessoas do serviço público brasileiro.

Ao longo das seis eleições, os servidores civis somam 10.113 candidaturas, enquanto os militares e membros de forças de segurança chegaram a 6.129. Em 2002, eram 1.298 candidatos civis e 732 militares. Em 2022, o número passou para 1.680 e 1.412, respectivamente.

De acordo com o levantamento, as diferenças entre candidaturas de militares e de servidores civis ficaram mais acentuadas nas eleições de 2018 e na deste ano.

Entre as eleições de 2014 e 2018, o aumento de candidaturas de militares foi de 13,68%. Já de 2018 para 2022, o acréscimo foi de 22,25%. Em contrapartida, as candidaturas de servidores civis tiveram quedas de 17,82% e 2,04%, respectivamente.

"Essa variação desigual pode refletir uma situação de desequilíbrio dos espaços políticos ocupados por esses segmentos. É preciso entender o que representam dentro do Estado, pois são os operadores

do monopólio estatal do uso da violência legítima. Pode ser preocupante quando estão também nos espaços decisórios do Estado", diz Vanessa.

O estudo Panorama das Candidaturas de **Servidores Públicos**: 20 anos de eleições estaduais e federais no Brasil será lançado no site República.org para acesso público.

Rafael Alcadipani, professor da área de segurança da FGV (Fundação Getúlio Vargas), vê o aumento do número de policiais civis e militares nas eleições com preocupação. Segundo ele, o policial, quando sai candidato, está abrindo mão de sua função pública para a qual foi designado.

"Isso acaba politizando as polícias. Causa preocupação porque o policial pode sair, se candidatar, ficar o tempo todo recebendo o seu salário pago pelo Estado e, se não ganhar a eleição, ele volta. Não tem risco nenhum, vale até a pena para ele financeiramente e em termos de visibilidade política."

O professor diz que é necessário estabelecer uma quarentena para todas as carreiras de Estado. "Não só policiais. Isso inclui promotor público, juiz. Está havendo uma deturpação política com relação a isso e os militares não são exceção", diz Alcadipani, que também aponta o momento político como uma das razões para esse aumento de policiais candidatos.

"Os policiais, principalmente após a eleição do Bolsonaro [em 2018], estão vendo a política como opção. A tendência é que eles dividam votos e elejam menos."

Marco Antonio Teixeira, cientista político da FGV, também é favorável a um afastamento de candidatos que venham do serviço público.

"Queira ou não, a gente viu recentemente em vários momentos o quanto a partidização pode afetar a atividade. Pode inclusive tirar de uma atividade profissional o conceito de serviço público e colocá-la a serviço preferencialmente de um ou outro grupo."

Servidores públicos que se candidatam precisam passar por um processo de desincompatibilização, que é o afastamento da função, emprego ou posto. O prazo varia de três a seis meses, conforme o cargo.

Para militares da ativa, o prazo é entre quatro e seis meses.

Está em tramitação no Congresso um projeto de lei complementar que estabelece que juízes, membros do ministério público, policiais federais, rodoviários federais, policiais civis, guardas municipais, militares e policiais militares que pretendem se candidatar tenham que se desligar de suas funções quatro anos antes da eleição.

Janones afirma que não dá para ganhar "entregando flores"

O deputado federal e candidato à reeleição André Janones (Avante-MG) afirmou que as eleições deste ano serão um plebiscito a favor da democracia e contra as ameaças do presidente Jair Bolsonaro (PL), e disse que não dá para ganhar a guerra entregando flores para o adversário.

"A gente vai ter que salvar a democracia primeiro e, infelizmente, para salvar a democracia, a gente tem que dar esse tom plebiscitário. Todos nós somos responsáveis em alguma medida pelo bolsonarismo, pelos ataques que o homem que está na Presidência vem promovendo contra a democracia. A gente deixou acontecer. As cartas são essas", disse.

"Não dá pra gente começar a debater propostas, não dá pra gente debater conteúdo programático, não dá pra gente aprofundar num debate econômico quando, do outro lado, a gente tem um cara que está postando vídeo comendo um espetinho derramando farinha no corpo e, com isso, ganhando 2 milhões de votos enquanto a gente está aqui discutindo o modelo econômico ideal."

A declaração de Janones foi dada nesta terça-feira (27) em participação no Spaces da Folha no Twitter, espécie de programa de rádio veiculado na rede social.

Janones afirma que não há como ganhar uma guerra "entregando flores", argumentando ser necessário adotar tom mais belicoso nas redes sociais em determinados momentos. "Eu não queria usar essas armas, não. Mas a gente está em uma guerra. É por isso que eu tive algumas posturas e busquei elevar o tom no momento adequado."

Tratado como um ativo da campanha do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pelo engajamento que consegue na internet, Janones passou a ser comparado com o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ) e outros integrantes da tropa de choque bolsonarista por seu estilo nas redes.

O deputado afirma, no entanto, que a comparação entre ele e o filho 02 do presidente não faz sentido do ponto de vista de "caráter" e de "capacidade", e que a única semelhança entre os dois é que eles sabem usar as redes sociais.

"Eu não vejo nenhum tipo de semelhança entre a minha pessoa e a pessoa, por exemplo, de Carlos Bolsonaro. A única semelhança que a gente tem é que a gente sabe utilizar as ferramentas que as redes sociais dispõem, é isso que eu tento mostrar", afirmou.

"Pra mim, entra num ouvido, sai no outro. Eu sei quem eu sou, sei dos meus valores. [Isso] não me incomoda, mas eu sei também que essa comparação não faz qualquer sentido do ponto de vista de caráter, daquilo que a gente defende, que é absolutamente diferente. E também do nível de capacidade, porque o que eu consegui fazer com os filhos do Bolsonaro nessas eleições foi algo inacreditável."

As rusgas virtuais e também presenciais -Janones discutiu com o ex-ministro do Meio Ambiente de Bolsonaro Ricardo Salles durante o primeiro debate- renderam críticas até mesmo de aliados de Lula, que temiam que a virulência do deputado pudesse atrapalhar a empreitada do petista.

Janones, porém, nega ter percebido qualquer animosidade na campanha e assegura que Lula nunca pediu que ele mudasse a estratégia nas redes sociais.

O deputado também afirmou que, pela análise que faz nas redes sociais, Lula vencerá no primeiro turno e com boa vantagem, mas é preciso "ficar atento e responder rápido", principalmente de sexta até domingo-período chamado por ele e outros integrantes da campanha petista de ponto cego.

"Quando você termina na quinta-feira a comunicação institucional, os programas de televisão, aí começa a ser chamado ponto cego, de sexta a sábado, [período] que muitas das vezes os institutos de pesquisa não conseguem pegar", diz.

Ele cita, por exemplo, que fica difícil mensurar o efeito que um vídeo com fake news circulando no WhatsApp pode ter na campanha e, por isso, monitorar os movimentos do adversário, junto aos principais influenciadores das redes, e rebater quando necessário.

Para Janones, Bolsonaro dá o "jogo como perdido". "Atacar ministro do STF, como ele fez hoje [terça-feira] com o Alexandre de Moraes, [é] justamente porque ele sabe que já perdeu. Como se diz no popular: a vaca já foi para o brejo", diz, argumentando que a campanha do adversário pode partir para um contra-ataque.

Janones também negou que tenha havido negociação por cargos quando ele desistiu de disputar a Presidência da República, em agosto, para apoiar Lula. O deputado federal afirmou que se considera um bom deputado federal e que é preciso valorizar o trabalho da Câmara dos Deputados.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

49



A partidarização pode tirar de uma atividade profissional o conceito de serviço público e colocá-la a serviço preferencialmente de um ou outro grupo

Marco Antonio Teixeira

cientista político da FGV (Fundação Getulio Vargas)

Aperfeiçoando os privilégios

Um levantamento do Estadão com base em dados do Ministério da Defesa mostrou que, entre 2019 e agosto deste ano, 4.349 militares, sobretudo da Marinha, concluíram o curso de aperfeiçoamento para "Assessoria em Estado-Maior para Suboficiais", que dura, em média, oito semanas. Desse total, 1.932 militares (44%) já se aposentaram e outros 178 (4%) estão em processo de transição para a reserva.

Ou seja, quase a metade desses oficiais e suboficiais, qualificados às expensas dos contribuintes, deixou de prestar serviços ao País pouco após obter a qualificação. É lícito inferir, portanto, que muitos militares possam ter frequentado esses cursos apenas como meio para melhorar a remuneração na aposentadoria.

A manobra está assentada na reforma da previdência dos militares, aprovada em 2019 sob os auspícios do presidente Jair Bolsonaro, político que fez carreira na defesa dos interesses das Forças Armadas. Portanto, esse acréscimo de vencimentos às portas da aposentadoria não é ilegal, mas é claramente imoral. Trata-se de inaceitável privilégio, algo que não se coaduna com a ideia de República que este jornal defende.

A respeito desse tratamento especial que as Forças Armadas recebem do governo, o Ministério da Defesa argumenta que o destino de mais recursos públicos para os militares serve para que as Forças se capacitem para melhor servir ao País. É uma contradição: afinal, os recursos extraordinários - que representam até 66% de aumento nos rendimentos desses militares - não servirão para capacitar os oficiais para seu serviço ao País, e sim para lhes garantir uma aposentadoria mais confortável, já que, diferentemente da maioria absoluta dos brasileiros, recebem o salário integral quando deixam de trabalhar.

Não se trata de um benefício isolado. Ao contrário do que ocorreu com quase todas as categorias do serviço público - sem falar nas discrepâncias em relação aos trabalhadores da iniciativa privada -, as Forças Armadas têm sido amplamente agraciadas pelo atual governo.

Desde a já referida reforma da previdência específica para a categoria, extremamente benevolente em relação às normas previstas para os demais **servidores públicos**, até a criação de mecanismos para permitir o pagamento de salários muito acima do

teto constitucional para alguns oficiais, foram muitos os instrumentos gestados no Palácio do Planalto para privilegiar os militares. Enquanto pastas cruciais para o desenvolvimento humano, como Educação e Saúde, perderam recursos para investimentos, por exemplo, o Ministério da Defesa viu seu orçamento crescer substancialmente em relação a governos anteriores.

A crítica a esse tratamento diferenciado dado aos militares pelo atual governo não significa, por óbvio, defender o contrário, ou seja, que os militares deveriam ser simplesmente negligenciados no Orçamento.

Trata-se de enfatizar que um bom governante tem discernimento para fazer boas escolhas políticas diante da escassez de recursos. Mas sabedoria e espírito público são atributos que Bolsonaro jamais teve - ou terá. |

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/20220929>

PMs impulsionam candidaturas de servidores

JOÃO SCHELLER

Nos últimos 20 anos, as candidaturas de **servidores públicos** cresceram 52,3%, sendo que, entre policiais militares, o aumento foi mais expressivo: 120%. As informações são de um levantamento do Instituto República.org, com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os números se baseiam na autodeclaração da ocupação dos candidatos para a Câmara dos Deputados e as Assembleias Legislativas.

A ascensão política do presidente Jair Bolsonaro (PL), que tem forte apoio entre policiais, é vista como um dos fatores para o aumento de candidaturas de representantes do setor.

Para além das demandas da corporação, os policiais candidatos passaram a defender pautas ideológicas e de costumes.

Segundo o levantamento, de 2018 para 2022 houve crescimento de 39,41% das candidaturas de PMs para os Legislativos federal e estaduais.

"Nós temos uma série de problemas na estrutura que afetam o dia a dia do trabalhador policial. Esses problemas são antigos e conhecidos de quem atua na área, seja ele policial ou não", disse o diretor presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima, ao citar desde baixos salários até questões ligadas à segurança. "Sempre temos pessoas denunciando as mazelas do setor, mas pouco avanço. Uma das consequências é um movimento associativista no caso das PMs ou sindical nas demais." BANDEIRA. Ao sair como candidato nas três últimas eleições, Luis Antonio Clemente, o Sargento Clemente, buscava combater o "sistema político".

"Corrupção, falta de comprometimento.

Uma revolta", afirmou, ao citar suas três candidaturas: para vereador, em 2016 e 2020, e para deputado estadual, em 2018. Sem se eleger, o sargento da Polícia Militar de São Paulo seguiu na ativa e, neste ano, busca uma cadeira da Câmara dos Deputados, pelo partido União Brasil.

O aumento das candidaturas, porém, representa um dilema, na avaliação de Lima. Antes, os policiais defendiam majoritariamente pautas ligadas ao setor; agora, ao levantar temas ideológicos, eles dividem votos com outros candidatos que não são da categoria. "A centralização na figura do Bolsonaro e a

ampliação do número de candidatos, porque as lideranças tradicionais foram enfraquecidas, podem provocar uma diminuição dos eleitos." "É uma cultura autoritária e conservadora, que se desenvolveu, sobretudo, a partir do fim da década de 1990", disse o professor da Universidade de Brasília (UnB) Rodrigo Lentz, que estuda a participação dos militares na política.

Ainda de acordo com o levantamento do Instituto República.

org, as candidaturas de membros das forças de segurança, que incluem, além de PMs, bombeiros militares, membros das Forças Armadas, militares reformados e policiais civis, registraram um crescimento de 92,89% desde 2002, com a representação entre o total de candidatos passando de 4,39% para 5,07% no período. Já entre os servidores civis, esse percentual caiu de 7,78% para 6,04%.

CORPORATIVISMO. Carlos Ari Sundfeld, professor da Fundação Getúlio Vargas, destacou que o aumento de candidaturas de servidores pode, ao mesmo tempo, ajudar no avanço de pautas ligadas a setores estratégicos e também na manutenção de privilégios. "O servidor público não tem prejuízo nenhum em se candidatar", disse, ao citar o direito à licença remunerada durante o período de campanha.

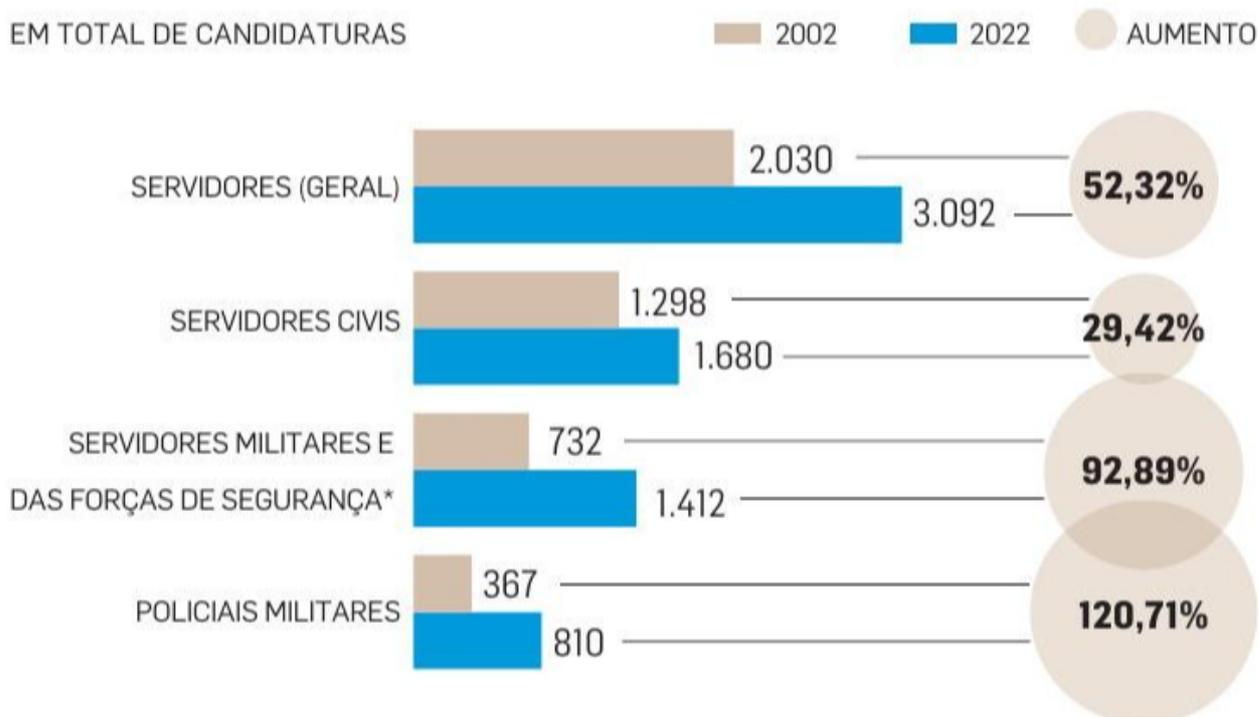
Uma bancada forte pode contribuir para o aumento de investimentos para um setor e melhorias para a carreira. Há, porém, o risco de a concentração de servidores desequilibrar discussões relacionadas à reforma administrativa. |

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/20220929>

DISPUTA

Servidores públicos que se candidataram para os cargos de deputado federal e estadual

EM TOTAL DE CANDIDATURAS



*FORÇAS DE SEGURANÇA INCLUEM POLICIAIS MILITARES, BOMBEIROS MILITARES, MEMBROS DAS FORÇAS ARMADAS, MILITARES REFORMADOS E POLICIAIS CIVIS

Cadeiras

Busca é por vagas na Câmara dos Deputados e nas Assembleias Legislativas

"Vamos revogar o teto e criar novo arcabouço fiscal"

WERTHER SANTANA/ESTADÃO-6/9/2022



'Petrobras e Eletrobras terão papel estratégico', diz Mello

LUCIANA DYNIEWICZ ADRIANA FERNANDES

ENTREVISTA: Guilherme Mello, Professor de economia e coordenador da pós-graduação em desenvolvimento econômico do IE-Unicamp

Assessor econômico do PT, Guilherme Mello se esquivou de dar detalhes sobre o programa econômico de um eventual governo Lula.

Sobre a ferramenta que substituirá o teto de gastos caso o ex-presidente seja eleito, Mello diz que explicitá-la significaria uma ameaça à credibilidade da campanha, dado que é preciso conhecer a formação do Congresso Nacional para dialogar com os parlamentares sobre o novo arcabouço fiscal.

Mello adianta que a regra fiscal teria de compatibilizar sustentabilidade fiscal, recuperação do investimento público e aumento dos gastos sociais.

O economista deixa em aberto qual seria a política de preço da Petrobras. "Nosso objetivo é criar instrumentos para gerir preços. Que sejam instrumentos capazes de minimizar essas oscilações (de preços). Isso tem de ser obviamente construído de maneira dialogada com a Petrobras, com governadores." Entre as opções estudadas, uma seria criar um fundo de estabilização.

A entrevista com o assessor econômico do PT encerra a série feita pelo Estadão com os economistas dos candidatos à Presidência (a campanha de Jair Bolsonaro não indicou ninguém para participar).

Se Lula for eleito, assumirá em um ano com desaceleração global, juros altos e impacto de medidas eleitoreiras adotadas neste ano.

Qual o plano para lidar com esse cenário?

Ao mesmo tempo que há esse cenário desenhado, vemos uma oportunidade para o Brasil não em 2023, mas nos próximos anos. O Brasil tem ficado à margem das nações não só do ponto de vista diplomático, mas de temas definidores do futuro, como sustentabilidade. Há investidores que querem vir, mas não vêm devido às incertezas políticas e institucionais.

Na área fiscal, o programa fala em revogar o teto de gastos. O que seria colocado no lugar?

Em primeiro lugar, é preciso fazer aquilo que você fala que vai fazer. Estamos anunciando que vamos revogar o teto de gastos e criar, no lugar, de maneira dialogada com o Congresso e a sociedade, um novo arcabouço fiscal.

O que nos cabe neste momento, em que não somos governo e não temos conhecimento sobre a composição do Congresso, é anunciar os princípios que vão orientar a nossa proposta de um novo arcabouço fiscal.

Não tem como dizer como seria esse novo arcabouço?

Se eu viesse aqui e falasse "o novo arcabouço vai ser isso", seria um primeiro passo para falta de credibilidade, porque estaria anunciando algo que não sei se vou conseguir cumprir. O que é possível dizer é que um eventual novo arcabouço, que vai ser discutido junto ao Congresso, terá métricas que compatibilizem a sustentabilidade fiscal com a necessidade de ampliação dos investimentos sociais e de infraestrutura.

Se Lula for eleito, como vocês vão tratar o reajuste do servidor público?

Tem carreiras com salário congelado desde 2017.

Esse período teve anos de altíssima **inflação**. O processo de negociação vai envolver uma mesa de diálogo. O que a gente pode garantir é que a forma de negociação vai ser muito diferente da desse governo e que a postura frente aos **servidores públicos** vai ser de valorização.

No programa de governo, vocês afirmam se opor à privatização da Eletrobras.

Faria reestatização?

Petrobras e Eletrobras terão um papel estratégico na transição ecológica e energética. O governo federal, apesar de ter perdido o controle majoritário da Eletrobras, ainda é um acionista relevante. Para nós, a questão fundamental é dispor de diferentes instrumentos para promover as transições de que o Brasil precisa. Alguns deles são empresas puramente públicas.

Outros são empresas mistas. O importante para o Brasil não é se o governo vai ter 51% ou 49% de participação, mas é que todas as empresas, principalmente as que têm uma participação relevante no setor público, sejam rentáveis e tenham capacidade de investimento.

O programa do PT fala que "é preciso abasileirar o preço dos combustíveis".

O que seria feito?

O que estamos falando é recuperar instrumentos e capacidade de gestão do setor público para ficarmos resistentes a choques externos. Isso não quer dizer congelamento de preços.

Um país como o Brasil, que tem a Petrobras, que tem petróleo, que refina uma parte dos combustíveis, tem múltiplos instrumentos para utilizar. Nosso objetivo é criar instrumentos para gerir preços. Que sejam instrumentos capazes de minimizar essas oscilações sempre que elas ocorrerem. Isso tem de ser obviamente construído de maneira dialogada com a Petrobras, com governadores. Há uma série de opções no radar.

Por exemplo?

Uma opção, não estou falando que é a preferida, mas que foi proposta pelos senadores do PT, é a criação de um fundo de estabilização de preços.

O BNDES voltaria a ter um papel semelhante ao dos outros governos do PT, com alguma política de campeãs nacionais?

O BNDES deve atuar nos setores onde o sistema privado não o faz de maneira adequada. Um exemplo são as micro e pequenas empresas. Também temos falado de o BNDES atuar com garantias soberanas para viabilizar investimentos em infraestrutura e de financiar as transições ecológica, energética e digital.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Na reta final, Alckmin tenta passar segurança fiscal

Por Anaís Fernandes e Víctor Rezende - De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187342

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187342

Planos de candidatos ignoram pleitos do mercado de capitais

Eleições . 2022 " Victoria Netto De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187342

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Planos de candidatos ignoram pleitos do mercado de capitais

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187342

Disputa pelo PIB: após Lula ganhar terreno entre empresários, Bolsonaro lança Paulo Guedes na campanha

A disputa pela confiança do empresariado nacional e a defesa do legado de seus respectivos governos transformaram a economia no novo front das campanhas do ex-presidente Lula (PT) e do presidente Jair Bolsonaro (PL) nessa reta final. Após o petista ganhar terreno ao reunir grandes nomes do **PIB** na noite de terça-feira, em São Paulo, o atual titular do Palácio do Planalto escalou o ministro da Economia, Paulo Guedes, para a linha de frente do processo eleitoral. O "Posto Ipiranga" gravou para a propaganda eleitoral do presidente na TV, intensificou encontros com empresários e entrevistas sobre a atuação do governo. Integrantes do governo viram a presença de nomes alinhados ao presidente no jantar com Lula como um sinal de "desembarque".

Nas declarações gravadas nos últimos dias para a propaganda eleitoral, Guedes defende a atuação do governo na economia, ressalta o socorro aos mais vulneráveis durante a pandemia com o auxílio emergencial e diz que o Brasil se saiu melhor da crise que outros países.

Em outra frente, na terça-feira o ministro participou por mais de quatro horas do podcast Flow.

- Vai ser a primeira vez em 42 anos que o Brasil vai crescer mais do que a China - afirmou - Estamos crescendo mais do que eles, estamos com a **inflação** mais baixa do que eles - disse.

Essa deflação citada pelo ministro é decorrente da redução de **impostos** promovida pelo governo sobre combustíveis e energia elétrica e está concentrada nesses segmentos, não atingindo ainda produtos como alimentação.

Guedes também criticou quem, segundo ele, "subiu em cadáveres para fazer política" na pandemia:

- Muita gente falava: "Sai daí, Paulo. Não fica ajudando não". E eu falava: "200 milhões de pessoas dependem de nós lá fora e vocês vão fazer política numa hora dessas? O que vai acontecer se o Brasil afundar numa crise dessa tremenda? O Brasil vira a Venezuela. Você acha que vai ser presidente de que? O que você acha que vai sobrar do lado de lá?". "Ah,

mas salve sua biografia". Eu não estou preocupado com a minha biografia. Eu quero ajudar 200 milhões de pessoas.

O ministro ainda deu entrevista ao programa Pânico, da Jovem Pan. Ele usou um dos famosos aforismos do escritor Millôr Fernandes para explicar por que o Brasil não avança no crescimento econômico. Guedes disse que o país "tem à frente seu passado" e sempre que começa a sair do buraco, aparece um "fantasma e sequestra tudo de novo". Para ele, esse ditado se aplica à atual eleição.

Quebra de resistências

Em seu perfil no Twitter, Bolsonaro tem feito postagens com Guedes. Ele replicou, por exemplo, a participação do ministro no Flow. Para integrantes da campanha à reeleição, o atual "tour" de Guedes por diversos programas pode ter bons resultados especialmente sobre eleitores que já votaram no presidente, mas dele se afastaram ao longo do governo. A avaliação é que o ministro é a melhor pessoa para vocalizar as medidas econômicas da atual gestão e projetar as realizações de um eventual segundo mandato.

Já o encontro na terça-feira de Lula com empresários, promovido pelo Grupo Esfera, foi uma das principais iniciativas de diálogo entre o candidato do PT e o setor. Integrantes do partido avaliam que Lula ainda sofre resistência de parte do empresariado. Petistas também ressaltaram que o encontro foi importante para o ex-presidente ressaltar que tem compromisso mais ao centro em um eventual novo governo. E que irá dialogar e ouvir o setor produtivo. O próprio Lula pediu, no evento, que os empresários apresentem propostas para o país.

Um dos movimentos ao centro feito por assessores de Lula foi uma tentativa de conversa com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Indicado por Bolsonaro, ele ficará no cargo até 2024, quando termina o seu mandato, já que o BC agora é autônomo. Campos Neto, porém, achou melhor esperar o resultado das urnas. Em entrevista ao SBT na terça, Lula classificou o atual presidente do BC

como uma pessoa "razoável" e "economista competente".

O partido tenta ainda consolidar o que considera uma "onda" de apoio a Lula no primeiro turno e busca o apoio explícito de grandes empresários.

-Não foi um jantar de vira voto, foi um jantar para reduzir a desconfiança- resumiu um empresário que esteve no encontro com Lula em São Paulo.

Cerca de cem executivos foram à casa do fundador do Esfera, João Camargo, para um encontro antes previsto para ocorrer só no segundo turno e que foi antecipado diante da perspectiva concreta de que Lula vença no primeiro turno.

Segundo relato de um dos presentes, o ex-presidente não demonstrou mágoa de aliados de outra hora de Bolsonaro e "falou tudo o que a plateia queria ouvir". A menção a uma substituição do teto de gastos causou desconforto, mas na sequência Lula repetiu que seu governo prezou pela responsabilidade fiscal e fez uma analogia com o ambiente corporativo para se aproximar da plateia.

-Ele usou a lógica do empresário e disse: "assim como uma empresa, um governo às vezes precisa se endividar para crescer" - contou um executivo.

Muitos após o jantar lembravam, nas conversas entre si, que em 2003 o governo de Lula fez acertos na economia. Outros repetiam que o ex-tucano Geraldo Alckmin, vice na chapa do ex-presidente, teria um papel de destaque num eventual novo mandato de Lula.

-A desconfiança maior não é com Lula, era com a entourage, foi isso que ele tentou reduzir - contou um dos presentes.

Segundo outro relato, o ex-presidente tentou "refazer o laço com uns ou criar com os que nunca teve".

Durante a reunião, importantes nomes no **PIB** abordaram preocupações com a situação fiscal e tributária e manifestaram a necessidade de o país ter crédito para se reindustrializar, de o agronegócio focar na preservação do meio ambiente e de o Estado dar ênfase para as questões sociais. Ouviram de Lula e de Aloizio Mercadante, coordenador do programa de governo, que eventual nova gestão petista promoveria a **reforma tributária** e que as políticas para estimular o crescimento da indústria e garantir a proteção ambiental serão prioridade.

Site: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/09/disputa-pelo-pib-apos-lula-ganhar-terreno-entre-empresarios-bolsonaro-lanca-paulo-guedes-na-campanha.ghtml>

Empresários querem plano mais claro de Lula

Por Mônica Scaramuzzo - De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/09/29/empresarios-querem-plano-mais-claro-de-lula.ghtml>

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Empresários querem plano mais claro de Lula

Site: <https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/09/29/empresarios-querem-plano-mais-claro-de-lula.ghtml>

Os custos das leis trabalhistas criadas em véspera de eleição (Artigo)

José Eduardo Gibello Pastore

É sintomático: em véspera de eleição, surge uma profusão de leis trabalhistas com forte apelo eleitoral. Parlamentares gostam de criar leis trabalhistas que poderão lhes render votos. No entanto, aquilo a que pouco se atentam é o custo dessas leis, principalmente para o empregador, que é quem paga o custo de cada direito do trabalho, como esclarecerei adiante.

Ainda que, geralmente, se fale somente de seus aspectos sociais, o direito do trabalho traz consigo forte componente econômico. Depois do tributário, ele é o "mais econômico" dos direitos, por assim dizer. Até advogados, que não têm formação econômica, dizem que os direitos trabalhistas se viabilizam com o aquecimento da economia, o que é parcialmente verdadeiro.

É simples compreender essa premissa. Para cada direito trabalhista há um custo correspondente. 013s salário, por exemplo, custa um salário a mais para quem o paga. O aviso prévio indenizado representa o pagamento de 30 dias de trabalho. As horas extras ou mesmo as horas regulares da jornada de trabalho correspondem a custos unitários dessas para o empregador.

Na rescisão do contrato de trabalho, todos os direitos dos trabalhadores são mensurados economicamente. O Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho nada mais é que a conversão da soma de todos os direitos que devem ser pagos por conta do fim do contrato de trabalho.

Afastar o direito do trabalho de seus aspectos econômicos é, portanto, ignorar sua dupla gênese: a social e a econômica. Assim, o direito do trabalho é, sem dúvida, um fenômeno socioeconômico. É por essa razão que temos tantos economistas falando sobre o tema. Há até mais do que advogados, que não dominam essa área, mas deveriam.

Em seu livro "O custo dos direitos: Por que a liberdade depende dos **impostos**", o cientista político Stephen Holmes defende que "os direitos não têm apenas um custo orçamentário; têm também um custo social" (p. 10). Mais adiante, o autor pontifica que "a ideia de que direitos podem ser usufruídos sem custo é falsa" (p.

13).

Não há, portanto, direitos do trabalho que subsistam sem que se considere seu custo, principalmente aqueles fixados em leis ordinárias, como, por exemplo, os contidos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Lá estão cravados direitos, logicamente, carregados de conteúdo social, mas permeados de aspectos econômicos. Os direitos do trabalho também estão inseridos no contexto dos princípios, mas estes não são valorados economicamente.

Voltando às questões dos custos das leis trabalhistas em véspera de eleições, há que se observar este fato: os direitos que são criados com a crença de que subsistirão só porque estão nessas leis podem não gerar o fenômeno das "leis que pegam" no âmbito trabalhista. A razão? Se o custo de implementar a lei for muito alto para quem o paga, a lei é simplesmente ignorada. E isso pouco tem a ver com a má-fé do empregador, ainda que muitos acreditam que o direito ignorado sempre decorre de má índole de quem não o aplica, o que não é verdade.

Como ninguém pode ignorar a lei, a lei que "não pega" pode ser questionada na Justiça do Trabalho, que condenará a empresa que não a cumpriu. Ou seja, leis do trabalho criadas desconsiderando a capacidade econômica de quem deve pagar para cumpri-la, o que se chama "custo legal", geram insegurança jurídica e ações.

E essas leis têm outra característica, não menos ignoradas pelos legisladores que as fazem desvinculadas do seu custo de existir: impõem um custo homogêneo de obediência para as empresas porque são criadas para valer para todas elas, independentemente se têm ou não capacidade econômica para pagar por esses direitos.

Importante ressaltar que, no Brasil, 80% das empresas são micro, pequenas e médias. E é essa maioria que sofre mais com a criação de leis altamente custosas. São esses custos que ajudam a aumentar a informalidade, justamente para as empresas que não conseguem pagar o custo econômico das leis do trabalho. É evidente que esse não é o único fator para a informalidade, mas certamente um dos mais significativos. Um dado que comprova como os custos do trabalho impactam a formalização da mão de obra

foi a criação do Simples, sistema que simplificou as obrigações contábeis e reduziu a carga tributária para as micro e pequenas empresas.

A elaboração de leis trabalhistas em véspera de eleições, de alto impacto econômico para as empresas, deve ser analisada com muito cuidado porque "leis que não pegam" castigam não só o empregador, mas, por fim, o trabalhador, que passa a ter a expectativa de receber seus direitos, mas não os receberá. O resultado, nós sabemos. Insegurança jurídica, litígio, desconfiança de ambas as partes, frustração de empregados e empregadores, tudo o que ambos não gostariam de enfrentar.

Os parlamentares que gostam de fazer leis trabalhistas às vésperas de eleição deveriam ler Stephen Holmes.

José Eduardo Gibello Pastore. Advogado, consultor de relações trabalhistas e sócio do Pastore Advogados

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/29/09/2022/p1>



Recorde, cheque especial vai a R\$ 38,5 bilhões em agosto

Nathalia Garcia *brasil*

Os brasileiros nunca se endividaram tanto no cheque especial, tipo de crédito acionado quando o saldo da conta corrente fica no vermelho. Em agosto, foram concedidos R\$ 38,5 bilhões nessa modalidade - maior valor da série histórica do Banco Central (iniciada em março de 20n).

Os dados do BC também mostram que o endividamento das famílias tem subido mês a mês e atingiu 53,1% em julho - o mais alto patamar da série histórica, que teve início em janeiro de 2005. Em 12 meses, já são 5,1 pontos percentuais de aumento.

Desde setembro de 2021, o índice tem ficado acima de 50%. Desconsiderando o financiamento imobiliário, o endividamento em agosto atingiu 33,64% e também foi recorde.

O uso recorde do cheque especial se dá em tempos de alta de juros, com a elevação da taxa básica (Selic) a 3,75% ao ano, e de aperto de renda da população em um cenário de inflação ainda elevada.

Em agosto, o aumento do volume de concessões em relação a julho foi de 9,9%. Em 12 meses, o crescimento foi de 27,3%.

A taxa de juros cobrada na modalidade também subiu, passando de 127,4% 30 anos em julho para 128,6% em agosto. Desde o início de 2020, os juros cobrados no cheque especial não podem superar 8% ao mês (151,8% ao ano), conforme determinação do BC.

Apesar do teto, as taxas da modalidade continuam entre as mais elevadas do mercado, atrás apenas dos juros do cartão de crédito. Em agosto, a taxa do rotativo - usado quando o consumidor não paga a fatura integral do cartão até o vencimento - chegou a 398,4% ao ano; e a do parcelado, a 185,9% ao ano.

O cheque especial é acionado quando o correntista esgota o saldo de sua conta e um valor pré-aprovado é liberado pelo banco para que a pessoa possa continuar consumindo. A modalidade funciona como um "empréstimo automático".

Desde 2018, os bancos passaram a oferecer a quem tem dívidas no cheque especial um parcelamento mais

barato para os consumidores que assem mais de 15% do limite por 30 dias consecutivos.

Izís Ferreira, economista da CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo), ressalta que o fato de o consumidor não ter de cumprir o rito burocrático da contratação do crédito é um facilitador para o aso inconsciente do cheque especial.

"É uma modalidade de crédito cara. Mas, no imaginário das pessoas, funciona como uma espécie de renda disponível. O brasileiro não entende que vai pagar para usar aquele recurso", disse.

Segundo a especialista, o atual contexto inflacionário ainda pesa no orçamento das famílias de renda média e baixa. Em agosto, o índice oficial de inflação do país recuou 0,36%, puxado pelo corte nos preços dos combustíveis - mas, apesar da trégua, atingiu 8,73% no acumulado de 12 meses. "A renda média das famílias assalariadas não cresce acima da inflação. Então, fica difícil conseguir pagar todas as contas e manter o nível de consumo."

Juliana Inhasz, professora de economia do Insper, acrescenta na equação a dificuldade de as pessoas se recolocarem no mercado de trabalho e a informalidade. "Na medida em que essas pessoas não oferecem garantia de pagamento de determinado empréstimo, parte significativa dos créditos mais baratos não está disponível para elas, que acabam tendo de acionar fontes mais caras", disse.

De acordo com a especialista, a escalada da taxa de juros também piora potencialmente a situação de endividamento das famílias e contribui para a inadimplência.

"A gente começa a ter um cenário onde a situação econômica não melhora, fato que empurra as pessoas para maior condição de fragilidade econômica e faz com que tomem mais crédito. Esse crédito é caro, aumentando a probabilidade de ficarem inadimplentes ou precisarem de mais crédito ainda. Isso, infelizmente, vira uma bola de neve."

Depois de registrar queda durante a pandemia de Covid-19, período marcado pela liberação de recursos emergenciais em socorro financeiro à população, as taxas de inadimplência vêm subindo nos últimos

meses.

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50049>

No mês passado, a inadimplência no segmento de recursos livres (não subsidiados) como um todo no país ficou em 3,9%, ante 3,8% em julho. Em 12 meses, a elevação foi de 0,9 ponto percentual.

Na modalidade do cheque especial, a taxa subiu 0,8 ponto percentual entre julho e agosto, passando de 11,6% para 12,4%. Foi o maior índice registrado desde dezembro de 2020, quando a inadimplência estava em 13,4%.

O endividamento é o comprometimento com pagamentos futuros que ainda estão dentro do prazo, já a inadimplência ocorre quando as contas não são pagas antes do vencimento.

Com petróleo e minério, preços ao produtor em agosto têm maior queda desde 2014

Os preços ao produtor no Brasil registraram no mês de agosto queda recorde na série iniciada em 2014, de 3,11%. Houve uma forte influência do recuo dos preços na indústria de refino de petróleo e biocombustíveis, informou o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nesta quarta-feira (28).

O resultado levou o índice acumulado em 12 meses a uma alta de 12,16%. No mês anterior, o IPP (índice de Preços ao Produtor) tinha registrado alta de 1,13% ante junho.

A queda nos preços ao produtor sofreu a influência da redução dos preços do óleo bruto de petróleo e do minério de ferro no mercado externo, segundo o IBGE. Entre as atividades analisadas na pesquisa de preços, o IBGE apontou que o maior peso foi exercido pela queda de 6,99% em refino de petróleo e biocombustíveis, enquanto as indústrias extrativas apontaram recuo de 14,18%. Também se destacaram no mês de agosto as quedas nos custos de metalurgia (-3,91%) e também nos alimentos (-3,74%).

"A queda do óleo bruto de petróleo terá efeito direto no refino e em outros produtos químicos, além dos efeitos indiretos em outras cadeias com a queda nos preços dos combustíveis. Já o minério de ferro, quando os preços caem, afeta os setores de metalurgia, particularmente siderurgia, que, por sua vez, alcançará setores como os de produção de veículos e eletrodomésticos", disse Alexandre Brandão, gerente da pesquisa IPP. O IPP mede a variação dos preços de produtos na "porta da fábrica", isto é, sem **impostos** e frete, de 24 atividades das indústrias extrativas e da transformação.

Site:

BC inglês age para estabilizar mercados e derruba o dólar



Céu carregado no centro financeiro de Londres nesta quarta (28), com Banco da Inglaterra à esquerda Hannah McKay/Reuters

Clayton Castelani são paulo

O dólar caiu contra as principais moedas mundiais e os maiores mercados de ações do planeta apresentaram forte alta nesta quarta-feira (28), com investidores reagindo ao anúncio do Banco da Inglaterra, a autoridade monetária do Reino Unido, de que comprará títulos do governo britânico em qualquer quantidade necessária para estabilizar o mercado.

O índice que compara a moeda dos Estados Unidos aos seus principais pares recuou 1,21%, primeira queda em mais de uma semana.

No Brasil, o dólar comercial recuou 0,52%, para R\$5,35, depois de superar R\$ 5,42 no início do pregão.

Libra e euro, que acumulam fortes quedas neste ano contra o dólar, fecharam com altas acentuadas. A moeda britânica avançou 1,73%, a US\$ 1,0861, na primeira alta após nove quedas consecutivas. Ainda assim, a perda acumulada neste ano em relação ao dólar é de 17,82%.

O euro ganhou 1,25% e foi a US\$ 0,9702, na primeira alta da divisa comum europeia após sete sessões em baixa.

Enquanto isso, os rendimentos dos títulos do Tesouro dos EUA com vencimento em dez anos, referência para o mercado global de juros, recuaram para a casa dos 3,7% após romper a barreira dos 4%. Esse movimento mostra investidores diminuindo ligeiramente suas posições em dólar e procurando outras moedas e ativos excessivamente

desvalorizados.

A libra vinha caindo acentuadamente com a repercussão negativa do maior pacote de corte de **impostos** em 50 anos, anunciado pelo governo na semana passada.

Além de revelar preocupação com uma recessão, a intervenção vai na contramão da política monetária do banco central do país, que sobe juros para frear os preços.

O BoE agiu depois que o Fundo Monetário Internacional e a agência de classificação Moouy"s aumentaram a pressão para que o Reino Unido reverta a estratégia econômica anunciada.

O Banco da Inglaterra também adiará o início de seu programa de venda de títulos, que estava marcado para a próxima semana, reportou a agência Reuters.

Os mercados de ações, que tiveram bastante volatilidade ao longo do dia, terminaram no azul. Mas, no Brasil, o índice Ibovespa subiu apenas 0,07%, aos 108.451 pontos.

Para alguns analistas, o mercado local foi cauteloso devido à aproximação da votação do primeiro turno das eleições e, por isso, não embarcou no otimismo de Wall Street.

Em Nova York, o índice parâmetro S P 500 saltou 1,97%. Dow Jones e Nasdaq ganharam 1,88% e 2,05%, respectivamente.

Para Ubirajara Silva, gestor da Galapagos Capital, a decisão do BoE serve apenas para acalmar momentaneamente o mercado com uma injeção de recursos, estabilizando o preço da moeda do país. "Na verdade ele elimina um risco sistêmico. Seria equivalente ao Banco Central do Brasil vender dólar em momentos de estresse."

IPO da Porsche deve ser o maior da Europa desde 2011

A fabricante de carros esportivos Porsche estreia na Bolsa de Frankfurt nesta quinta (29) com o preço por ação da oferta pública inicial de ações (IPO, em inglês) fixado em 82,50 euros(R\$ 427,86).

O preço estipulado significa um valor de mercado estimado em de 75 bilhões de euros (R\$ 390 bilhões). A oferta situa a Porsche entre as cinco maiores marcas de automóveis por valor de mercado, que tem a Tesla na liderança, avaliada em cerca de 915 bilhões de euros (R\$ 4,7 trilhões).

O IPO deve levantar aproximadamente 9,4 bilhões de euros (R\$ 48,75 bilhões). O Wall Street Journal destaca que se trata do maior IPO da Europa desde a oferta da mineradora Glencore em 2011, que movimentou cerca de 10 bilhões de euros (R\$ 51,8 bilhões).

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

49

Política fiscal ameaça novo governo do Reino Unido



Truss: crise econômica e instabilidade política no início do governo

Proposta de cortar **impostos** sem redução de gastos é criticada por economistas e pode acelerar queda do gabiA primeira-ministra britânica, Liz Truss, teve um início difícil.

Após a morte da rainha Elizabeth II, com apenas dois dias no cargo, Truss agora enfrenta uma crise fiscal desatada por uma promessa de sua campanha: cortar **impostos**. A proposta, porém, anunciada por Kwasi Kwarteng, seu chanceler do Tesouro - uma espécie de ministro da Economia - não prevê redução de gastos, o que vem fazendo os mercados desabarem e ameaça abreviar seu governo.

Os cortes de **impostos** pegaram o mercado financeiro de surpresa, deixaram a libra britânica em queda livre e colocaram em xeque o futuro político da primeira-ministra. Em alta, a oposição trabalhista aproveita o momento para se apresentar como o partido da responsabilidade fiscal.

INSTABILIDADE. Especialistas preveem que a libra atinja a paridade com o dólar pela primeira vez desde o Brexit e a incerteza aumente a respeito do futuro de Truss. "É perfeitamente possível que ela seja substituída antes da próxima eleição", disse Tim Bale, professor de política da Universidade Queen Mary, de Londres.

Que Truss se encontre nesta situação tão cedo é resultado do momento estranho para executar suas propostas radicais.

Cortar **impostos** no momento em que o Reino Unido registra uma **inflação** de quase dois dígitos pela primeira vez em décadas e quando os bancos centrais do mundo estão aumentando os juros, é mais do que uma exceção econômica.

ORIGEM. O governo fabricou a crise na semana passada, quando Kwarteng anunciou que aboliria a alíquota máxima de imposto de renda de 45% aplicada àqueles que ganham mais de 150 mil libras (R\$ 869 mil por ano). A proposta não foi submetida ao escrutínio que um orçamento normalmente recebe, aprofundando os temores de que os cortes, sem uma redução dos gastos, afetem as finanças do Reino Unido.

O FMI, que emprestou dinheiro para socorrer o Reino Unido em 1976, criticou a proposta e aumentou a ansiedade dos mercados ao pedir para o governo britânico reconsiderar os cortes de **impostos**. Em **comunicado**, o FMI disse que eles **aumentariam a desigualdade** e levariam as políticas fiscal e monetária a trabalhar com "propósitos conflitantes". "O governo vai se endividar, a **inflação** subirá e o Banco Central terá de aumentar juros para frear o descontrole." Para Jonathan Portes, do King's College, Truss poderia ter adotado uma abordagem mais cautelosa, promovendo um crescimento da economia antes de tentar cortar **impostos**.

"Mas isso nunca foi considerado, porque Truss e Kwarteng são evangelistas do livre mercado, que acreditam ardentemente que o corte de **impostos** reacenderá o crescimento", disse Portes.

Durante a campanha, Truss se inspirou em Margaret Thatcher, que também anunciou uma série de medidas de livre mercado assim que assumiu o cargo de primeira-ministra e passou por anos turbulentos.

Ao contrário de Truss, porém, Thatcher se preocupava em conter a **inflação** e fortalecer as finanças públicas - ela até aumentou **impostos** em 1981, antes de reduzi-los anos depois.

MALVINAS. Mas Thatcher foi eleita após um governo trabalhista exaurido, o que lhe deu mais tempo para enfrentar a crise e para que suas medidas entrassem em vigor. Ela também conseguiu uma carona de popularidade após o Reino Unido derrotar a Argentina

na Guerra das Malvinas, em 1982, que provocou uma onda de patriotismo.

A melhor analogia de Truss, segundo Charles Moore, biógrafo de Thatcher, é com Ronald Reagan, que defendia cortes de **impostos** sem tanta preocupação com os déficits públicos. Como Thatcher, Reagan enfrentou uma recessão antes que os EUA começassem a crescer novamente, em 1983.

OBSTÁCULOS. Truss, por outro lado, assumiu o cargo após 12 anos de governos liderados por conservadores e três anos do mandato de Boris Johnson - que aumentaram o desgaste do partido. Se as eleições fossem já, segundo pesquisa You- Gov, os trabalhistas teriam 45% das intenções de voto, ante 28% dos conservadores.

Esse cenário só aumenta o desafio de Truss. Para que os cortes de **impostos** tenham o efeito desejado, economistas dizem que as empresas precisam de garantias de que a política não será revertida por um novo premiê.

"Este é um governo muito inexperiente, que se arrisca em uma situação em que o Partido Trabalhista é favorito na próxima eleição, sem precisar se inclinar muito para a esquerda", disse Kenneth Rogoff, professor de economia em Harvard.

"Se alguém acredita que os cortes de **impostos** serão revertidos sob os trabalhistas, e há uma grande chance de o próximo governo ser trabalhista, por que as empresas fariam investimentos de longo prazo?" Para Adam Posen, economista americano que atuou no comitê de política monetária do Banco da Inglaterra, criticou a premiê. "As políticas de Truss não são apenas irresponsáveis, mas parecem não entender que o Banco Central tem de responder a essas políticas aumentando muito os juros." Posen comparou a perda de credibilidade do Reino Unido nos mercados ao que ocorreu com os países latino-americanos na década de 1980. O melhor caminho, segundo ele, seria o governo reverter essa política fiscal - o que nem Truss nem Kwarteng estão dispostos a fazer. | NYT e WPnete conservador

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/20220929>

Em frente
**Até agora, premiê não
parece disposta a rever
política fiscal proposta por
seu governo**

Conservadores colocam pressão para demissão de chefe do Tesouro

A primeira-ministra britânica, Liz Truss, está enfrentando uma pressão crescente de deputados conservadores para demitir o chanceler do Tesouro, Kwasi Kwarteng - o equivalente ao ministro da Economia do Reino Unido. De acordo com a imprensa local, a ameaça envolve a possibilidade de um motim dentro da bancada no Parlamento.

Segundo o jornal The Telegraph, muitos acusam a premiê de "loucura" por mergulhar em uma política fiscal temerária.

"Estas não são circunstâncias fora do controle do governo ou do Tesouro. Elas foram criadas lá. Essa loucura inepta não pode continuar", disse Simon Hoare, presidente do Comitê para Assuntos da Irlanda do Norte, conservador que apoiou Rishi Sunak - derrotado por Truss - na eleição para líder do partido.

Muitos deputados conservadores disseram que Kwarteng teria que renunciar para que o partido sobrevivesse à crise financeira.

Eles exigem que Truss reverta seu plano de eliminar a alíquota máxima de 45% de imposto de renda - um corte de **impostos** de 2 bilhões de libras (R\$ 11,7 bilhões) para mais de 600 mil pessoas que ganham mais de 150 mil (R\$ 880 mil).

Os conservadores dizem que as medidas foram muito mal recebidas por seus eleitores.

O deputado Robert Langan expressou "sérias reservas" com relação a algumas medidas de Truss e Kwarteng.

"Não acredito que cortar **impostos** dos mais ricos seja a decisão certa quando a margem de manobra fiscal do governo é tão limitada." APOIO. No entanto, o governo de Truss insistiu ontem que a primeira-ministra estava ao lado de Kwarteng. Um porta-voz do governo disse ao jornal The Guardian que os dois estão trabalhando para "apresentar ajustes necessárias para o crescimento da economia", que serão anunciados nas próximas semanas.

Kwarteng e Truss não apareceram para acalmar os mercados.

Em vez disso, eles enviaram o secretário do Tesouro,

Andrew Griffith, que defendeu a tese de que "todas as principais economias" do mundo estavam experimentando a mesma volatilidade em razão da guerra na Ucrânia.

O Parlamento britânico está em recesso e retorna no dia 11 de outubro. Este seria o prazo que muitos conservadores estariam dispostos a dar para que Truss coloque ordem na casa.

A pressão é maior porque pesquisas apontam uma vantagem histórica de 17 pontos percentuais da oposição trabalhista sobre os conservadores, caso a eleição fosse antecipada. | AP

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/20220929>

Por que a libra está tomando uma surra?

(Artigo)

Paul Krugman The New York Times É colunista e vencedor do Nobel de Economia de 2008

Mercados financeiros normalmente concedem a nações ricas e politicamente estáveis bastante espaço fiscal.

Em particular, um país como os EUA, assim como o Reino Unido, normalmente é capaz de administrar déficits bem altos sem criar corridas para os bancos.

Isso ocorre porque investidores, tipicamente, acreditam que países como os nossos irão, no fim, segurar a onda e pagar suas contas. Eles também acreditam que bancos centrais, como o Federal Reserve e o Banco da Inglaterra, farão tudo o que for necessário para evitar que déficits orçamentários desencadeiem inflações galopantes.

De fato, déficits orçamentários em economias avançadas, normalmente, fazem com que o valor das moedas dos países em que ocorrem aumente em relação ao de moedas estrangeiras, porque a colisão entre estímulo fiscal e aperto monetário leva a aumentos nas taxas de juros, e essas taxas elevadas atraem injeção de capital vindo do exterior.

Quando Ronald Reagan cortou **impostos** ao mesmo tempo que aumentou o gasto **militar**, no início da década de 80, o valor do dólar se elevou em relação ao de outras moedas importantes, como o marco alemão (isso ocorreu muito antes da criação do euro).

Mas uma coisa engraçada (não tanto se você for britânico) aconteceu ao longo da semana passada, quando Liz Truss, a nova primeira-ministra do Reino Unido, anunciou um "evento fiscal" neorreaganiano (ela não o qualificou como um orçamento em si, porque isso teria requerido a divulgação de projeções fiscais e econômicas, que provavelmente teriam sido embaraçosas).

CORTES. Já era evidente que o governo de Truss teria de aumentar o gasto no curto prazo, para ajudar as famílias prejudicadas pelo aumento nas contas de energia provocados pelo embargo de facto de Vladimir Putin ao gás natural. Em vez de elevar **impostos** para ajudar a cobrir esse gasto, contudo, o chanceler do Tesouro de Truss - na prática, seu ministro da Economia - anunciou cortes de **impostos**,

notavelmente uma grande redução em **impostos** para os mais ricos.

O paralelo com a política econômica reaganiana foi óbvio.

As taxas de juros aumentaram em conformidade. No entanto, neste caso, em vez de ter seu valor elevado, a libra despencou.

Esta não é a reação do mercado que alguém esperaria em uma economia avançada.

Foi, em vez disso, similar ao que vemos com frequência em mercados emergentes, nos quais os investidores se preocupam com a possibilidade de governos cobrirem déficits crescentes imprimindo mais dinheiro, o que faz a **inflação** acelerar.

Mas coisas assim já aconteceram antes no Reino Unido.

Em 1976, os britânicos experimentaram uma crise da libra durante a qual preocupações a respeito de déficits orçamentários fizeram a moeda despencar, colaborando para aumentar uma **inflação** já elevada. De maneira humilhante, o governo foi forçado a recorrer a um empréstimo do Fundo Monetário Internacional, que foi concedido sob a condição de que Londres fizesse cortes severos em gastos públicos.

LIBRA. Naquele momento, contudo, o Banco da Inglaterra não era a instituição independente que veio a ser depois. Era apenas um braço do Tesouro de Sua Majestade, e acomodou o impacto inflacionário dos déficits, em vez de agir para anulá-los.

Atualmente, o banco é independente e tem ainda a obrigação de manter a **inflação** baixa.

Então, o que explica a súbita queda da libra? Uma resposta que me agradou veio do economista Dario Perkins, do centro financeiro de Londres, que declarou que o problema com o orçamento não é seu impulso inflacionário, mas sua "idiotice", que uma economia administrada por idiotas tem de pagar pelo risco extra.

Mas ainda que a ideia do "risco- idiotice" me agrada, também deve haver uma preocupação mais concreta. Conversei com outros economistas da City e eles

expressaram dúvidas a respeito de o Banco da Inglaterra estar ou não disposto a endurecer o suficiente para anular o impacto inflacionário da política econômica de Truss.

Essas dúvidas foram reforçadas na segunda-feira, quando o banco decepcionou investidores que esperavam uma elevação na taxa de juros para estabilizar a libra, limitando-se, em vez disso, a um **comunicado** meio vago, afirmando que "não hesitaria" em elevar taxas de juros se necessário para conter a **inflação**.

Ainda assim, não vejo nenhuma razão para acreditar que o Banco da Inglaterra tenha perdido sua independência política ou que permitirá ser intimidado a evitar altas de juros por um governo que, aparentemente, acredita na ideia zumbi de que cortes de **impostos** pagarão por si mesmos.

CRISE. Pode haver, contudo, uma razão especificamente britânica para uma hesitação do Banco da Inglaterra antes de elevar as taxas suficientemente para conter a **inflação**.

Quanto mais vejo os atuais eventos no Reino Unido, mais volto no tempo, mas não para 1976 - em vez disso, para a outra crise da libra, de 1992.

Naquela época, quando o euro ainda não existia, muitas nações europeias, entre elas o Reino Unido, formavam um sistema destinado a manter estável o valor relativo entre as suas moedas, o chamado mecanismo cambial. Em 1992-3, contudo, o mecanismo cambial europeu foi pressionado seriamente por especuladores - o mais famoso deles era George Soros -, que começaram a apostar que muitas economias europeias desistiriam de suas metas cambiais e permitiriam que suas moedas desvalorizassem em relação ao marco alemão.

Defender-se contra essa ofensiva especulativa teria requerido aumentar acentuadamente as taxas de juros por um período extenso. E, no fim, vários países, entre eles o Reino Unido, não se mostraram dispostos a fazê-lo. Por quê?

ERRO. Parte da resposta foi que o Reino Unido padecia de alto desemprego na época e temia que aumentos nos juros aprofundassem sua recessão. Mas havia outra preocupação, talvez mais pungente. Por várias razões, britânicos proprietários de imóveis, ao contrário dos americanos, tendem a ter ou taxas de juros de hipotecas flutuantes, cujos índices variam em função do mercado, ou hipotecas vencendo que precisam ser refinanciadas por mais alguns anos.

Em 1992, isso significou que defender a libra com

taxas de juros mais elevadas rapidamente se traduziria em dor financeira direta para milhões de pessoas.

E, depois de algumas semanas de retórica desafiadora, os formuladores de políticas cederam à pressão e permitiram a desvalorização da libra.

Não constatei nenhuma evidência direta de que considerações similares estejam influenciando o Banco da Inglaterra neste momento. Mas parece provável. Ainda é cedo para considerar o Reino Unido um caso perdido. O país é rico e possui muita liberdade de manobra.

Por outro lado, se a política monetária estiver realmente restringida desta maneira, apostar tudo numa política fiscal zumbi é ainda mais irresponsável do que buscar outra saída.

E temos de imaginar quanto tempo Truss durará no cargo, dado este enorme erro não forçado.

I TRADUÇÃO DE AUGUSTO CALIL

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/20220929>

*Para Truss, apostar
tudo numa política
fiscal zumbi é mais
irresponsável do que
buscar outra saída*

Inflação na indústria tem queda recorde

Por Lucianne Carneiro - Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187342

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187342

'Corrupção sistêmica desabou no Brasil', defende Paulo Guedes

Por Estevão Taiar - De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187342

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187342

Tebet defende que voto útil é 'voto consciente'

Por Érica Polo - De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187342

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187342

Juro do cartão é o mais alto desde 2017

João Gabriel Freitas*

A taxa média de juros cobradas nos cartões de crédito chegou a 398,4% ao ano em agosto. É o maior patamar desde agosto de 2017. O custo subiu 3,5 pontos percentuais no último mês e encareceu 62,9 pontos percentuais em 12 meses, segundo dados divulgados ontem pelo Banco Central. Também houve aumento no custo do cheque especial, que passou de 127,4% para 128,6% ao ano, em média.

Cartões de crédito e cheque especial são as duas linhas mais utilizadas pelos consumidores e estão relacionadas aos índices elevados de endividamento da população. O aumento dos juros dessas modalidades ajudou a elevar as taxas médias do crédito à pessoa física em geral, que subiram de 53,4% para 54,9% ao ano. Com isso, a taxa média de todo o sistema financeiro subiu de 40,4% ao ano, em julho, para 40,6% em agosto. Esses dados são do chamado segmento livre, ou seja, recursos que os bancos podem aplicar a seu critério, sem computar as taxas do sistema habitacional, crédito rural e BNDES, que são reguladas.

Segundo Robson Gonçalves, economista e professor de MBA da Fundação Getúlio Vargas a alta nos juros é consequência direta da elevação da taxa básica, a Selic, nos últimos meses, promovida pelo BC para segurar a **inflação**. "A taxa básica de juros concorre com a linha de crédito dos bancos privados e estipula o patamar dos investimentos no Brasil. Com menos capital de crédito em circulação, os bancos aumentam os juros como estratégia para mitigar riscos. Assim, o aumento generalizado diminui o apetite do setor privado em ofertar linhas de crédito", explicou.

Gonçalves explicou que a escassez de créditos a juros baixos leva a população, sobretudo a que está endividada, a recorrer a linhas de financiamento com maior facilidade de acesso, como cheque especial e cartões. No entanto, o economista alerta que é necessário cuidado com essas modalidades, pois a imprevisibilidade e o custo elevado podem gerar dívidas em série.

"Quando você faz um financiamento de imóvel, por exemplo, você simula o valor das parcelas e tem a clareza de quanto comprometerá da sua renda para pagar. Em uma modalidade como o cheque especial, que não tem isso explícito, o consumidor está muito mais sujeito a um alto custo. Muitas pessoas em situação complicada usam como último recurso, mas

estão comprometendo a renda de forma destrambelhada. Isso acaba sendo uma válvula de escape num gatilho de compra. No entanto, pode causar muito prejuízo no futuro se não for bem planejado", afirma o especialista.

Dívidas e atrasos

De acordo com o relatório do BC, o endividamento das famílias brasileiras com o sistema financeiro fechou julho em 53,1%, novo recorde da série histórica do Banco Central. Se forem descontadas as dívidas imobiliárias, o endividamento ficou em 33,6%, também recorde na série.

Em relação à inadimplência de crédito, que considera os atrasos superiores a 90 dias, o patamar permaneceu estável em agosto, em 2,8%. Para as pessoas físicas, o índice passou de 5,5% para 5,6% de um mês para o outro. No caso das empresas, se manteve em 1,8%.

Para Eduardo Vilarim, economista do Banco Original, o endividamento está ligado ao aumento das linhas de crédito de consumo, mas não é possível ser assertivo quanto a causa das dívidas. Ele ressalta que é difícil acompanhar a rotina do consumidor e prever o que ele pretende fazer com o dinheiro. Porém, destaca que, "com o varejo dando sinais de forte desaceleração, entendemos que esses recursos estão sendo utilizados para o pagamento de despesas correntes, ou seja, uso emergencial".

Na avaliação de Vilarim, a retomada do mercado em conjunto com políticas públicas de renda devem favorecer o cenário no futuro. "Daqui para a frente, o aumento da massa salarial real atrelada à ampliação do Auxílio Brasil tende a desacelerar o endividamento em 12 meses", disse.

Estoque

Conforme o relatório do BC, o estoque do crédito cresceu 1,6% em agosto, chegando a marca de R\$ 5 trilhões. A alta foi de 2,1% para pessoas físicas e de 0,9% para pessoas jurídicas. Em 12 meses, houve elevação de 16,8%. O relatório mostra, ainda, que o estoque de crédito livre avançou 1,3% em agosto, enquanto o de crédito direcionado apresentou alta de 2,2%. No crédito livre, houve elevação de 1,7% para pessoas físicas e 0,7% para as empresas.

O BC informou ainda que o total de operações de

crédito em relação ao Produto Interno Bruto (**PIB**) foi de 54% para 54,3% de julho para agosto.

*Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo

Para cima

Aperto monetário encarece custo dos financiamentos

Taxas de juros do crédito livre no sistema financeiro
(Média, em % ao ano)



LINHAS SELECIONADAS

(Taxa média, % ao ano)

Financiamento a pessoas físicas



Cheque especial



Rotativo do cartão de crédito



Fonte: Banco Central



Brasil pode crescer mais do que a China em 2022, diz Guedes

Bernardo Caram *brasília | Reuters*

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta quarta (28) que a economia do Brasil pode crescer mais do que a da China pela primeira vez em 42 anos.

Em entrevista à rádio Jovem Pan, ele também afirmou que o governo tem uma MP (Medida Provisória) pronta para incentivar a fabricação de semicondutores no país.

A economia chinesa vem perdendo fôlego. Na terça (27), o Banco Mundial reduziu a previsão para o **PIB** da China para 2,8%, uma desaceleração significativa em relação à previsão anterior do banco, de 5%.

No Brasil, a previsão atual do Ministério da Economia para o **PIB** de 2022 está em 2,7%, mas Guedes tem afirmado que espera uma alta de até 3%. O mercado, segundo a pesquisa Focus mais recente, estima que a economia crescerá 2,67% em 2022.

Sobre a produção nacional de semicondutores, o ministro citou na entrevista ao programa Pânico uma possível MP para instalar fábricas no país, mas não detalhou a medida. Apenas citou incentivos tributários ao setor, como a Isenção de Imposto de Renda.

Gargalos na produção desses componentes eletrônicos têm criado dificuldades para indústrias em todo o mundo, incluindo o Brasil.

Na entrevista, Guedes voltou a questionar pesquisa que apontou a existência de 33 milhões de pessoas passando fome no Brasil, classificando o estudo com "fake news".

Segundo ele, o governo encontrou 38 milhões de pessoas invisíveis durante a pandemia e está "dando dinheiro para todo mundo".

O ministro já havia questionado os dados durante evento do setor automotivo em São Paulo na semana passada. Na ocasião, disse: "Isso são fatos econômicos, não adianta. A tática política é de barulho: 33 milhões de pessoas passando fome. É mentira, é falso. Não são esses os números".

Nesta quarta, o ministro afirmou que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem seus méritos no

combate à pobreza, mas disse que foi o governo Jair Bolsonaro (PL) o responsável por triplicar repasses no Auxílio Brasil.

Lula está em primeiro lugar nas pesquisas de intenção de voto, seguido por Bolsonaro.

Guedes intensificou nas últimas semanas suas aparições públicas, na reta final antes do primeiro turno das eleições.

Na segunda (26), o ministro participou de um evento com empresários em Salvador (BA). No dia seguinte, foi o convidado do podcast Flow.

O papel de cabo eleitoral assumido pelo ministro - atacando adversários, fazendo promessas para um novo mandato e exaltando seus feitos - tem sido alvo de críticas.

A atuação em campanha não seja proibida, mas especialistas avaliam que o chefe da equipe econômica pode ter violado a lei eleitoral e praticado ato de improbidade administrativa ao utilizar a estrutura estatal e sua posição no governo para favorecer o candidato à reeleição.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50049>

"Teto era para governo não crescer", diz Guedes, em crítica à regra fiscal

LORENNA RODRIGUES ANTONIO TEMÓTEO BRASÍLIA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que o teto de gastos (que condiciona a evolução das despesas públicas à **inflação**) impediu maior crescimento econômico.

Ele também voltou a negar que a regra fiscal tenha sido desrespeitada no governo Bolsonaro.

"Disseram que furamos o teto. Isso é fake news. O teto era para o governo não crescer, e não estávamos crescendo", afirmou o ministro, durante entrevista ao programa Pânico, da Jovem Pan.

Segundo Guedes, o teto de gastos era "uma casa sem paredes".

Como mostrou o Estadão, a equipe econômica já chegou a elaborar projeções considerando uma mexida no teto para ampliar os gastos além da **inflação**. A premissa para esse cenário seria uma trajetória de queda da dívida pública.

Candidato à reeleição, o presidente Jair Bolsonaro também já anunciou que pretende discutir mudanças no teto de gastos se vencer a disputa.

Ainda na entrevista de ontem, o ministro afirmou que o Congresso precisa "reassumir" o Orçamento público. "Fizemos em tempos de guerra o que os políticos não fazem em períodos de paz. A classe política mantém 96% do Orçamento carimbado e briga por 4%", disse ele.

Apesar das críticas ao modelo - que abriu brecha para o chamado orçamento secreto -, Guedes declarou nunca ter recebido qualquer "proposta indecente".

"Não vi nenhuma proposta indecente no governo; se acontece no subterrâneo, é outra conversa", declarou.

LULA. Guedes afirmou também que o crescimento econômico registrado nos dois mandatos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva - que aparece à frente de Bolsonaro nas pesquisas de intenção de voto à Presidência - ocorreu na esteira da estabilização atingida pelo País por meio do Plano Real.

Segundo ele, Lula teve seus méritos por incluir os

mais necessitados no Orçamento público, por meio do Bolsa Família, mas reforçou que na gestão Bolsonaro o gasto com benefícios sociais foi de 0,4% do Produto Interno Bruto (**PIB**) para 1,5% na pandemia. "Lula conseguiu crescer na esteira da estabilização anterior, mas logo acabou o gás", afirmou.

O ministro criticou decisões judiciais que, segundo ele, teriam sido tomadas "fora das quatro linhas" - expressão que também tem sido usada por Bolsonaro. "Quando um ministro do STF sai das quatro linhas, descredencia o Supremo. Eu também, de vez em quando, dou uma escorregada. O barulho da política abafou a realidade econômica", declarou.

Guedes voltou a afirmar que a decisão do Banco Central (BC) de aumentar as taxas de juros na tentativa de controlar a **inflação** foi tomada no momento correto. Mas ele acredita que as taxas voltarão a cair no próximo ano. A declaração vem depois de o ministro ter afirmado que o BC "errou" nas suas projeções para o crescimento do **PIB**, o que gerou críticas de técnicos da autarquia.

"O teto era para o governo não crescer, e não estávamos crescendo."

"Quando um ministro do STF sai das quatro linhas, descredencia o Supremo."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>